

Igualmente recenseado em 1746, foi *Pantalião da Costa Dantas*, ourives atuante em Ouro Preto. Foi citado em importante estudo sobre ourives em Minas Gerais, de autoria do Cônego Raimundo Trindade, e, por este texto, ficamos sabendo que ele era genro de *João de Lana*. Este era membro de tradicional família francesa de ourives, atuou no Rio de Janeiro, vindo, posteriormente, para as Minas; era natural de Baiona e teria emigrado para o *Brasil* por volta de 1695.²⁰

O trabalho de douramento da talha destinada à ornamentação dos templos religiosos esteve a cargo daqueles que conhecemos como douradores (treinados na técnica de fixação das folhas de ouro), geralmente, nas Minas, esse trabalho foi exercido pelos pintores, como foi o caso de Manoel da Costa Ataíde. Mais comum ainda era o fato de que mesmo um importante pintor como o reconhecido *mestre*, autor da pintura do forro da nave da Capela de São Francisco da Penitência de Ouro Preto, pintasse ou dourasse objetos menos grandiosos que não forros ou retábulos de igrejas e capelas.

Ataíde também pintou ou fez douramentos em cadeiras, esquiões e nadores para procissão. Portanto, cabe a nós Historiadores e Historiadores da Arte privilegiarmos estes temas e fontes inesgotáveis de pesquisas sobre as artes no setecentos na capitania de Minas e demais partes da América portuguesa.

Jeaneth Xavier de Araújo. Docente na FUNEDI - Fundação Educacional de Divinópolis, instituição integrada à UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais em 2003. Especialista em Cultura e Arte Barroca, pelo Instituto de Filosofia, Artes e Cultura da Universidade Federal de Ouro Preto em 2001. Graduada em História pela FAFICH/UFMG em 1995.

²⁰ TRINDADE, Cônego Raimundo. Ourives de Minas gerais nos séculos XVIII e XIX. *RPHAN*. Rio de Janeiro, n° 12, 1955.

RICARDO SEVERO: ENTRE O ELOGIO E A CRÍTICA

Joana Mello de Carvalho e Silva
jomello@ig.com.br

O presente trabalho nasceu de uma dúvida: como e por que movimentos arquitetônicos tão distintos e até divergentes, o *neocolonial* e o *moderno*, adotaram o passado colonial como o ponto de partida para pensar uma “arquitetura brasileira”? Inicialmente pretendíamos investigar a questão a partir da obra do engenheiro português Ricardo Severo (1869-1940) e do arquiteto carioca Lucio Costa (1902-1998).

Parecia estranho que ambos os movimentos atribuísem àquele período o momento inicial de formação de nossa verdadeira tradição arquitetônica que eles procuravam recuperar, reinterpretando-a e atualizando-a. Estranhamento que aumentava no contato com as produções teóricas e projetuais do engenheiro e do arquiteto, e que se desdobrava em outras perguntas: qual o significado das noções de nação, tradição, colônia, modernidade e cosmopolitismo para cada um deles?

Apesar de centrais para Severo e Costa, como para outros arquitetos, engenheiros e artistas que se vincularam naquele momento à um ou outro movimento, estas noções precisavam ser melhor definidas para que seus significados fossem recuperados e matizados. Somente a partir dessas definições poderíamos compreender os sentidos que essa retomada do passado colonial, e de fontes primitivas de inspiração para a constituição de uma arquitetura nacional, tinham para cada um destes personagens, contribuindo para o melhor entendimento deste período da história da arquitetura do Brasil.

De modo geral, podemos dizer que o *movimento neocolonial* foi usualmente entendido pela bibliografia¹ como o primeiro momento em que a arqui-

¹ Henrique E Mindlin, *Arquitetura Moderna no Brasil* (1956). Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 1999; Paulo F. Santos, *A influência do Neocolonial na Arquitetura Moderna do Brasil*. Conferência no Instituto dos Arquitetos do Brasil, 1951, Lucio Costa, “Muita construção, alguma arquitetura e um milagre” In: *Lucio Costa: registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. pp. 157-172, Paulo F. Santos, *Quatro Séculos de Arquitetura* (1965). Rio de Janeiro: Editora Valença, 1977, Nestor Goulart Reis Filho, *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970; Aracy A. Amaral, *Artes Plásticas na Semana de 22* (1970). São Paulo: Ed. 34, 1998, Carlos A. C. Lemos, *Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1979; Yves Bruand, *Arquitetura Contemporânea no Brasil* (1981). São Paulo: Editora Perspectiva, 1999; Carlos A. F. Martins, *Arquitetura e Estado no Brasil: elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil. A obra de Lucio Costa (1924-1952)*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1987, Aracy A. Amral (org). *Arquitetura Neocolonial: América Latina, Caribe, Estados Unidos*. São Paulo: Memorial Fondo de Cultura Económica, 1994, Carlos A. C Lemos “El estilo que nunca existió”. In: AMARAL, Aracy *Arquitetura neocolonial: América Latina, Caribe, Estados Unidos*. São Paulo: Memorial Fondo de Cultura Económica, 1994, pp. 147-65, Lauro Cavalcanti, *As preocupações do belo*. Rio de Janeiro: Taurus Editora, 1995, Hugo Segawa, *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. São Paulo: Edusp, 1999.

tutura era pensada segundo uma orientação nacionalista, representando, ao mesmo tempo, um academicismo a ser superado e uma contribuição valiosa à nacionalidade artística. Assim, ainda que não tivesse conseguido se diferenciar da produção eclética dominante, ao exaltar a importância da busca do nacional no campo da arquitetura, podia se configurar como uma importante transição para o *movimento moderno* no Brasil, motivo pelo qual o *neocolonial* aparecia como um breve, mas importante episódio em nossa história da arquitetura.

A mesma generalização que marcava os estudos panorâmicos do *neocolonial*, reproduzia-se na abordagem da figura de Ricardo Severo. Embora o engenheiro português possuísse o papel destacado de precursor do *neocolonial* no Brasil, estando sempre presente nos estudos sobre arquitetura brasileira, a sua obra era frequentemente remetida a um fundo comum de “tradicionalismo” e conservadorismo.

Foi justamente esta generalização que nos levou a reformular o tema inicial do mestrado. Apesar de reconhecer a inspiração da pergunta inaugural da pesquisa, ainda que não a tenhamos perdido de vista, julgamos mais apropriado não focar no contraste entre o *neocolonial* e o *moderno* para podermos nos dedicar a uma leitura mais detida da obra do engenheiro português. Com essa abordagem monográfica de suas idéias, visamos aprofundar a análise, atentando para seus pressupostos teóricos, quadros de referência, modelos e categorias que organizavam a sua percepção e discurso, para, partindo disso, lançar as questões pertinentes a reapropriação do passado tradicional pelo modernismo arquitetônico no Brasil. Tal opção permite também que quando se pense as relações entre o *neocolonial* e o *moderno*, o *neocolonial* e o nacional, o *neocolonial* e o *ecletismo*, haja uma análise e síntese mais abrangente, complexa e matizada.

A partir da redefinição do recorte temático da pesquisa, iniciamos o levantamento bibliográfico sobre o engenheiro português, procurando recuperar sua imagem entre seus contemporâneos e aqueles que se dedicaram a estudar a sua obra sem nos restringirmos, a princípio, aos escritos de arte e arquitetura. Retomamos também os textos em que o engenheiro tratou de sua obra.

Entre seus biógrafos², a maioria dos quais seus compatriotas, discípulos e admiradores, Severo é retratado como a figura de maior destaque no ambiente científico, artístico e político dos dois países em que viveu, seja pelo caráter multifacetado de sua obra, seja pelo brilhantismo com que teria desempenhado as mais diversas atividades ao longo da vida, como arqueólogo, antro-

² Carlos Malheiro Dias, “Discurso do Sr. Carlos Malheiro Dias”. In DIAS, Carlos Malheiro. *Homenagem a Ricardo Severo*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1932, p. 8-17; “Discurso do Dr. Roberto Moreira”. In DIAS, Carlos Malheiro. *Homenagem a Ricardo Severo*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1932, p. 21-28; “Discurso do Dr. Marques da Cruz”. In DIAS, Carlos Malheiro. *Homenagem a Ricardo Severo*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1932, p. 31-36;

pólogo, cientista, historiador, escritor, arquiteto, artista e construtor. Retratado como um homem de ação e de cultura, dono de invejável erudição, personalidade inquieta que o transformara em publicista contumaz, Severo desempenharia com nobreza o lugar de patriarca da colônia portuguesa no Brasil, incentivando o movimento associativo luso-brasileiro e a ele dedicando grande parte de seu esforço intelectual. O seu renome enquanto mestre da arquitetura tradicional no Brasil, além do mais, se somaria à atuação profissional destacada ao lado de Francisco de Paula Ramos de Azevedo (1851-1928) no âmbito de seu requisitado Escritório Técnico, da Companhia Iniciadora Predial e do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Na contramão da leitura especializada,³ se Ramos de Azevedo era retratado como companheiro da causa tradicionalista, Severo a ele podia ser igualado na transformação da fisionomia arquitetônica da antiga vila de Piratininga. Renovação eclética do cenário urbano e campanha em prol das artes tradicionais surgindo assim como atividades simultâneas em sua obra arquitetônica.

Na bibliografia de história da arquitetura no Brasil, como apontamos acima, há também um lugar, ainda que estreito, obrigatório, para a sua personalidade e atuação. Em linhas gerais, a interpretação dos historiadores tende a atribuir um papel conservador ao engenheiro português em sua cruzada tradicionalista nas artes e na arquitetura no Brasil. De um lado, Severo aparece como principal mentor teórico do *movimento neocolonial*, orador apaixonado desta cruzada, precursor da pesquisa de uma nacionalidade artística brasileira, patrocinador dos primeiros estudos *in loco* da arte antiga no país, um de seus grandes colecionadores e defensores contra a vaga acadêmica, modernizadora e demolidora que se alastrava em sua época no campo das construções. De outro, o engenheiro surge como um de seus maiores dilapidadores e falsificadores, restaurador inepto e arquiteto mediano, responsável pela produção, com sotaque português, de mais uma variante do ecletismo europeu no panorama historicista local, valorizando e manipulando de maneira duvidosa elementos de arquitetura colonial e portuguesa, civil e religiosa, de vários séculos e procedências, incongruentes no tempo, no espaço e no estilo. Ocupando na historiografia um lugar semelhante ao do próprio *neocolonial*, o seu principal mérito recairia no fato de ter aberto o caminho para a retomada, o estudo e a preservação daquela arquitetura pretérita, que a partir dos anos 1930 seria corretamente percorrido pelos arquitetos modernos cariocas.

Se entre os seus admiradores predomina o culto de uma personalidade tida como absolutamente singular em seu tempo, isolada de seu contexto; se

³ Carlos A. C. Lemos, *Ramos de Azevedo e seu Escritório*. São Paulo: Pini, 1993; Maria Cristina Wolff Carvalho, *Ramos de Azevedo*. São Paulo: Edusp, 2000.

para os seus críticos sua importância se restringe a um determinado episódio da arquitetura brasileira, Severo, ele mesmo, costumava definir-se, “humildemente”, como um “mesteiral”, isto é, um mero “obreiro” ou “construtor”⁴, apesar de representante de uma notável “geração de naturalistas” portugueses. A sua orientação tradicionalista fundamental, ultrapassando o campo das ciências, desde a origem o teria encaminhado nas artes e na política, tanto em Portugal quanto no Brasil, para a mesma direção.

Entre uma imagem auto-indulgente ou apologética e outra mais crítica, ambas demasiado genéricas, a dissonância levantava dúvidas. Como um engenheiro português recém chegado em São Paulo teria alcançado tão alto prestígio na cena cultural local, aproximando-se de grupos e instituições culturais importantes no início do século XX, como o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, o Liceu de Artes e Ofícios, a Sociedade de Cultura Artística, o Grêmio Politécnico, o jornal *O Estado de S. Paulo* e a *Revista do Brasil*? Como conseguiu ali se estabelecer tão rapidamente? Que vínculos familiares ou de nacionalidade, profissionais ou literários, sociais ou ideológicos permitiram a ele uma projeção tão fulminante e uma difusão tão ampla de suas idéias? No âmbito de sua campanha de arte tradicional, que arquitetura pretérita específica era esta que Severo procurava recuperar? Por que revivê-la na atualidade brasileira? Como ele, em seu discurso, inseria no curso evolutivo da arquitetura praticada no país? Que relações havia, se é que havia, entre o seu ideal de arte tradicional e o conjunto das atividades que desempenhava, desde Portugal e ao longo de sua vida no Brasil, como arqueólogo, engenheiro, empresário, orador e escritor, militante republicano ou membro da colônia portuguesa de São Paulo? Como a origem portuguesa do autor, a sua formação cultural e política se relacionava com a sua campanha tradicionalista no Brasil?

Para responder a essas perguntas e ultrapassar as imagens convencionais de seu papel histórico levantamos, da maneira mais completa possível, a sua produção escrita, procurando traçar o leque de seus interesses e objetos, as matrizes de suas idéias, o alcance de sua linguagem, a maneira como seus temas preferenciais eram abordados, suas condições de emergência, sua variação e persistência ao longo do tempo e suas articulações respectivas. Ao lado disso, procuramos investigar o contexto social, político, econômico e cultural de sua formação e atuação nos dois países em que viveu. Da leitura de seus textos, escritos desde os tempos de estudante na Academia Politécnica do Porto, em 1884, até o seu falecimento em São Paulo em 1940, algo mais que a

⁴ Ricardo Severo, “Figuras da Colônia”. *Revista Portugal*. São Paulo, 1930, tomo I, fasc. I, pp. 58- 62; Ricardo Severo, “Discurso de Ricardo Severo”. In DIAS, Carlos Malheiro. *Homenagem a Ricardo Severo*. São Paulo, Melhoramentos, 1932, pp. 39-46.

avidez de um polígrafo logo veio à tona. Dois momentos bem distintos tornando-se claramente reconhecíveis em sua intensa atividade intelectual. Em Portugal, principalmente, entre 1884 e 1908, o interesse pela arqueologia era inquestionavelmente dominante, quase exclusivo; no Brasil, até 1940, o veio de conferencista desabrochando com especial fertilidade na reafirmação de seus compromissos políticos com a luta republicana dos portugueses e com a preservação da identidade nacional dos imigrados no Brasil, base aliás de toda a sua pregação nacionalista também na arquitetura a partir de 1914. A nítida demarcação desses dois períodos, se correspondem a uma mudança sensível nos focos e atividades do Autor, perfilam uma linha de continuidade: da investigação arqueológica de extração evolucionista para um ideal racial na arquitetura, de uma política lusitanista de defesa da comunidade étnica para um ideal nacionalista de reconciliação entre a antiga colônia e seu passado luso-colonial.

A leitura comparada de seus textos arqueológicos, arquitetônicos e políticos foi que nos ajudou a reconhecer e a compreender esta linha de continuidade, aliás já apregoadada tanto pelo engenheiro ou seus intérpretes, quanto pela bibliografia específica: continuidade entre as campanhas tradicionalistas do Porto, cujo núcleo maior era a revista *Portugália* (1899-1908), inteiramente dedicada a arqueologia, e a de São Paulo, eventualmente batizada de campanha de arte tradicional no Brasil; linha tecida pelos conceitos de nação, nacionalidade e tradição, desde cedo acalentadas pelo jovem cientista em formação. Porém, mais uma vez cabia perguntar, que sentidos específicos tinham tais conceitos no discurso de Severo? Até que ponto eles se modificaram na passagem de um objeto a outro, de um período a outro, do Porto para São Paulo? Como a decisão de se estabelecer definitivamente no Brasil, teria interferido nos seus interesses, compromissos e pontos de vista? Ou antes, o teria desviado de sua obsessão anterior pela arqueologia em direção à arquitetura? E mais especificamente, como explicar que uma orientação tradicionalista tão profunda e permanente, plena de conseqüências sobre sua atividade e identidade na história, pudesse transigir com o movimento de renovação arquitetônica, de cunho cosmopolita, isto é, acadêmico, encabeçada pelo Escritório Técnico F. P. Ramos de Azevedo em São Paulo no início do século? Como relacioná-la à sua obra de revivescência colonial? Sua campanha nacionalista? Seu programa para uma arquitetura brasileira?

Classificá-lo simplesmente de conservador, nacionalista ou tradicionalista não parecia acrescentar muita coisa ao já sabido. Algo de sua biografia, de seu itinerário intelectual, de sua inscrição histórica e social ajudava a compreender o sentido de suas idéias, de suas propostas e de sua ação. O contato direto com seu discurso e os escritos sobre a história de Portugal e do Brasil ao longo de sua vida, nos revelou, ao invés de uma trajetória individual absoluta-

mente coerente e perfeitamente encadeada no tempo⁵, um personagem controverso plenamente inserido em grupos políticos, científicos e artísticos nos dois países em que viveu, suas idéias reverberando a intensidade dos debates em curso naquele período. Seus escritos sobre arqueologia, política e arquitetura, bem como seus projetos são permeados de um tom polêmico e programático, característico de um nacionalista atormentado pelas transformações da geografia econômica e política internacional no modo como incidiam sobre as realidades portuguesa e brasileira na virada do século XIX para o século XX.⁶ Fosse tratando das origens da nacionalidade portuguesa através da arqueologia, fosse estudando os fundamentos da arte tradicional brasileira através da arquitetura, tratava-se sempre de afirmar um compromisso claro com a valorização e redenção do antigo império português e de seu legado colonial.

Joana Mello de Carvalho e Silva. Arquiteta formada pela FAUUSP em 1997. Mestranda do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da USP, sob orientação do Prof. Dr. José Tavares Correia de Lira e apoio da FAPESP. Professora de História da Técnica e Arquitetura do Brasil na Escola da Cidade, São Paulo.

⁵ Pierre Bordieu, “A ilusão biográfica”. *Razões práticas. Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

⁶ Em seu texto sobre a atividade política de Frei Caneca, Evaldo Cabral de Mello nos alertou para que seus escritos eram de modo geral “tomadas de posição relativamente a situações concretas da política provincial e brasileira”, daí a necessidade de apresentar ao leitor, acostumado com a versão fluminense da história da independência, “o módico de informação sobre o contexto político e provincial das suas obras políticas”, sem o que sua compreensão ficaria prejudicada. Relendo os textos de Severo à luz do contexto político, social, econômico e cultural português e brasileiro no qual ele se inseriu percebemos que o mesmo poderia ser pensado com relação ao engenheiro. Evaldo Cabral de Mello, “Frei Caneca ou a outra independência”. In CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. Frei Joaquim do Amor Divino Caneca. São Paulo: Ed. 34, 2001, pp 16-7.

A RECEPÇÃO ESTÉTICA DOS MONUMENTOS CULTURAIS MISSIONEIROS E DA ARTE BARROCA GUARANI NO SÍTIO DE SÃO MIGUEL, RIO GRANDE DO SUL.

João Batista Neto, Prof. Msc.
jbneto@usp.br

Resumo

Essa comunicação trata da nossa investigação no doutorado sobre a Recepção Estética dos monumentos culturais missioneiros junto aos visitantes das ruínas das Reduções Jesuíticas dos Guaranis. O objeto de análise é o sítio de São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul, que envolve o Museu das Missões e foi tombado como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Abstract

This communication is about our doctorate investigation about the Aesthetic Reception of the missionaries cultural monuments towards the visitors of the ruins in the Guaraní Indians' Jesuits Reductions. The object of analysis is the São Miguel das Missões site in Rio Grande do Sul, which involves the Missions Museum and was classified as a Cultural Patrimony of Mankind.

Introdução

Localizadas no Brasil, Paraguai e Argentina, os 30 povoados missioneiros formaram uma sociedade diferenciada na América Hispânica. A maneira como os índios guaranis foram conduzidos a entrarem na estrutura da sociedade colonial foi o fator diferencial. Segundo Hobsbawn (1979), o antigo Paraguai foi a única área da América Latina onde os índios resistiram ao estabelecimento do elemento europeu de forma efetiva, em grande escala, devido à ação original dos inacianos. Nesta condução, eles estruturaram, durante 150 anos, um sistema de reduções que serviram para impedir o avanço luso na região platina, ao mesmo tempo que consolidavam o catolicismo como a religião dos índios.

A primeira metade do século XVI foi a época da implantação do modelo reducional, das migrações dos povoados, das guerras contra os mamelucos paulistas e os índios inimigos ao modelo. Termina com a derrota dos bandeirantes em 1641, marco divisor, entre este 1º ciclo missioneiro e o 2º, época da consolidação dos povoados e do auge civilizatório das Reduções Jesuíticas dos Guaranis¹, até a expulsão em 1768².

¹ Missão ou Redução? Utilizamos o termo redução por entendermos que o termo missão, em seu sentido restrito, é o sinônimo de ação, que até hoje é realizada pelos padres católicos em suas peregrinações pelo mundo. Redução é o povoamento indígena estável, assistido por Jesuítas, como a experiência guaranítica. “La definición más simple de una Reducción, dada en el Diccionario de la Lengua Española de la Real Academia Española, es la siguiente: “Pueblo de indios convertidos al cristianismo”, (“A definição mais simples de uma Redução, dada no